

# GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: NOTAS PARA DISCUSSÃO

Antônio Ricardo de Souza<sup>1</sup>

## Resumo

O objetivo deste *paper* é discutir os principais impactos da globalização da economia nos serviços públicos brasileiros. O pressuposto fundamental das mudanças de ordem cultural, econômica, tecnológica, empresarial e política, é a adequação dos setores público e privado diante das novas exigências por competitividade, qualidade e produtividade. Assim, os estados-nações precisam, urgentemente, viabilizar políticas e ajustes que vão ao encontro das novas demandas sociais por qualidade e eficiência nos serviços públicos, assim como, a readequação destes serviços em relação aos novos modelos de gestão pública.

Palavras-chave: globalização da economia; “fim da história”; *stakeholders*; “*welfare state*”; tecnologia da informação; crise fiscal do Estado; plano diretor da reforma do aparelho do Estado – PDRAE, administração pública gerencial.

## Globalização Econômica: Uma Introdução

A Globalização da economia se tornou um neologismo (os grifos são nossos). Um dos principais impactos causados por este processo de internacionalização da economia é o aumento da fragilidade dos governos e do setor público em relação à forte dependência dos capitais especulativos, os chamados “*hot money*”, provocando grandes índices de vulnerabilidade para os estados-nações. A globalização é claro, não é necessariamente um conceito estranho, pelo menos no ambiente gerencial e empresarial. Neste contexto, ela é entendida através da tese do “fim da ideologia” ou do “fim da história”. A tese do fim da história surgiu em meados de 1989, em pleno processo de atenuação dos antagonismos entre as

---

<sup>1</sup> Professor Mestre do Departamento de Administração da Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis – FAECC/UFMT.

superpotências (EUA e URSS) que provocou o fim da Guerra Fria. A tese foi desenvolvida por um cientista político norte-americano chamado Francis Fukuyama. Para ele, talvez estejamos testemunhando não apenas o fim da Guerra Fria, ou a conclusão de uma etapa na história do pós-guerra, mas o Fim da História como tal. Ou seja, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma de governo. Assim, o centro da tese de Fukuyama é a questão da ideologia, isto é, o problema das relações entre o pensamento, a realidade e a ação. Portanto o “Fim da História” é o “Fim da Ideologia”. Mais recentemente se argumentou que cada aspecto importante da realidade social (a estrutura, a cultura e a personalidade na terminologia tradicional) é submetido simultaneamente à globalização, como testemunha da emergência de uma economia mundial, uma cultura cosmopolita e movimentos sociais internacionais.

Os impactos da globalização econômica no setor público requerem uma atenção especial e uma análise permanente e aprofundada a respeito dos riscos econômicos típicos do capitalismo globalizado. As vulnerabilidades dos estados nacionais em termos culturais ou ambientais, o papel da mídia internacionalizada e as transferências de tecnologias, são alguns dos pontos desta análise. Por outro lado, a vulnerabilidade dos estados nacionais, paradoxalmente, reenfatiza a nova importância da geografia, das fronteiras culturais e da soberania econômica, dentro da chamada “nova ordem internacional”.

Assim, a iniciativa da Comunidade Econômica Européia (CEE) e o desafio do Oriente (Hong Kong, Coréia do Sul, Cingapura e Taiwan) em todos os aspectos empresariais, definiram um processo irreversível de operações entre as fronteiras ou uma globalização de operações institucionalizadas. O surgimento das exigências da globalização dos negócios e da globalização da organização dos “*stakeholders*”<sup>2</sup> transnacionais e transculturais levou à criação de novas formas organizacionais. Tal globalização exige que as

---

<sup>2</sup> *Stakeholders* é uma palavra em inglês que não possui uma tradução para o português. Entretanto, significa um grupo de pessoas, indivíduos ou empresas que demandam por algo (produtos ou serviços) de uma organização, de um município ou de um governo.

organizações multinacionais e transnacionais adotem decisões operacionais (produção, marketing e distribuição) baseadas na posição de cada aspecto de suas operações mundiais. A Tecnologia da Informação (TI) tem um papel fundamental no apoio às tais organizações globais, com despesas em equipamentos e serviços para capacitar a infra-estrutura de algumas centenas de bilhões de dólares e produzir uma mudança econômica em direção a uma concentração nos serviços e na informação. Desta forma, verifica-se atualmente, que 70% de todos os empregos nos países industrializados estão concentrados nas indústrias de TI (telecomunicação e computadores). A rápida mudança tecnológica e os mercados globais significam um ciclo de vida mais curto dos produtos e uma erosão das vantagens competitivas estabelecidas nos negócios e na economia.

A globalização dos ambientes de trabalho acrescenta uma nova dimensão à suposta diversidade cultural dos cidadãos e dos "*stakeholders*", provocando uma complexidade adicional para a gestão dessas interações, além de aumentar as relações de dependência dentro dos espaços globais, exemplificados pelas organizações multinacionais e transnacionais. A elevada mobilidade global dos atores transforma organizações predominantemente etnocêntricas em multiculturais. A antiga tendência do executivo em tomar decisões independentes colocando dificuldades nas relações transculturais, hoje não é mais adotada. As hipóteses da administração tradicional, tais como o fato de que a estratégia e a estrutura são fortemente correlacionadas, estão progressivamente sendo invalidadas pela Tecnologia da Informação. O surgimento de "metanegócios," ou organizações em rede, cria laços com a TI e dependências entre as organizações, levando os atores a obter uma grande mobilidade, tornando impossível definir a fronteira de uma organização: onde termina e onde começa.

O exemplo mais importante é o da General Motors e o relacionamento entrelaçado da GM com as instituições econômicas dentro da economia asiática. Estas instituições/organizações fornecem, de uma forma distinta, uma coordenação da atividade econômica, independente e flexível, para a participação da estrutura da organização, em uma situação dinâmica onde uma organização não força mudanças estruturais na outra.

## **Novas Competências Estratégico-Gerenciais: Uma Perspectiva Pró-Ativa**

A evidência empírica também sugere que as redes sociais, facilitadas pela globalização e pela TI, estão agora mais distribuídas e ganhando aceitação como uma forma organizacional mais efetiva para o alcance dos objetivos através do processamento das informações sociais. A TI tornou as redes atuais e efetivas, por permitir uma proximidade e acessibilidade de relações e comunicações ao redor das organizações e através das fronteiras geográficas, conectando atores organizacionais uns com os outros, bem como com os clientes, vendedores e parceiros estratégicos.

Crises fiscais; reformas micro e macroeconômicas; reengenharia radical do setor público baseada na Tecnologia da Informação; vantagens competitivas substituindo as comparativas; pesquisa e desenvolvimento (P&D) e estratégias industriais; desregulamentação do mercado de trabalho e outras pautas da globalização, tais como economia regional e acordos de comércio implicam em sistemas de administração pública inovadores e pró-ativos. Isto acontece desta forma, ao que parece, dado o grau das mudanças e reformas nos últimos cinco anos na Europa, Ásia e muitas outras regiões no mundo. Podemos identificar que um dos principais fenômenos que a globalização produziu, foi a centralidade da política econômica como política de estado, e, ao mesmo tempo, a desilusão de que os governos não são todos poderosos.

As estratégias gerenciais, governamentais no contexto da globalização, levantam preocupações significativas sobre a vulnerabilidade dos governos nacionais e a retórica do livre mercado na nova ordem global. A mudança econômica e a competência gerencial do governo não foram amplamente discutidas, assim como a proposição intrigante de que o setor público pode ser estrategicamente debilitado e ou fragilizado diante de um processo de reforma administrativa. As crises gerenciais e os riscos globais acabam sendo o centro das atenções governamentais, sem levar em consideração, ao menos, o desenvolvimento sustentável e a questão ambiental. A capacidade gerencial e as articulações do arcabouço jurídico dos estados nacionais também se constituem uma das áreas menos

pesquisadas da política, e em dos segmentos mais importantes e vulneráveis em muitos governos ao redor do mundo.

A reestruturação industrial em nível global articulada ao NAFTA está reconfigurando o Estado de bem-estar social<sup>3</sup>. Novos regimes tributários; instrumentos de dívidas subnacionais; o surgimento das forças de trabalho do centro e da periferia; a segmentação das forças de trabalho e a necessidade de repensar o tradicional Estado de bem-estar em torno das conseqüências dos mercados de trabalho regionalizados e “racionalizados”, o aumento dos impostos e a política social que aparecem na economia global. Parece que os governos nacionais (e também as unidades subnacionais) reagem muito lentamente (quando o fazem), em um mundo globalizado. Aparentemente, os aspectos multifacetados da racionalidade econômica da globalização, associadas às agências do setor público, confronta significativamente, de um lado a eficiência econômica e, de outro, as debilidades do setor público.

O confronto entre a capacidade governamental e o seu aprendizado, por um lado, e a direção financeira e informacional da globalização, pelo outro, é um tema muito importante, tanto para a administração pública como para o discurso gerencial na era da globalização.

Tal confronto aponta para alguns temas que exigem atenção:

1. Os governos nacionais podem ser culpabilizados pela exacerbação provocada na economia, e dentro das economias globalizadas, quando da não intervenção do Estado no controle dos grande fluxos financeiros especulativos;
2. Os governos nacionais precisam viabilizar políticas públicas para atender todo um espectro de questões sociais, econômicas e organizacionais;
3. “As regras do jogo” globalizadas precisam ser claramente

---

<sup>3</sup>. “*Welfare State*” como é conhecido na literatura especializada, surgiu na Grã-Bretanha, e se popularizou após a Segunda Guerra Mundial, significando, de uma forma geral a intervenção do Estado na sociedade por meio de políticas sociais e públicas, como políticas de educação, saúde, previdência social, saneamento básico, dentre outras, com o objetivo de atender as demandas sociais.

articuladas no contexto das questões de transferência de gestão;

4. A “Melhor Prática” governamental pode estar muito longe da melhor prática;
5. As políticas fiscais e o endividamento (externo/interno) são problemas importantes em todos os níveis de governo;
6. As grandes disparidades surgem da mobilidade estratégica da informação e do capital em relação à relativa imobilidade do trabalho qualificado;
7. Os mercados de capitais desregulados são articulados a partir de altos riscos (volatilidade), exigindo dos estados-nações capacidades gerenciais e jurisdicionais;
8. A falta de capacitação estratégica do setor público está debilitando os governos nos níveis nacionais e subnacionais;
9. As estratégias de modernização implicam diversidade de parcerias e alianças estratégicas;
10. A modernização, num contexto de globalização dirigida pela Tecnologia da Informação, dá exemplos de desindustrialização e comoditização da cultura, etc.

### **Os Impactos Gerenciais no Setor Público Brasileiro: Uma Visão Geral**

Diante do exposto, é patente a intenção das elites brasileiras em implementar, à luz do que está se fazendo no primeiro mundo, ou seja, nos países industrializados, as chamadas reformas estruturais. Tais reformas na América Latina, desde anos 80, estão sendo chamadas de “Ajuste Estrutural” nas economias latino-americanas.<sup>4</sup> O principal objetivo dessas reformas é, grosso modo, preparar as instituições, as economias, as empresas, tanto o setor público como o setor produtivo,

---

<sup>4</sup> O pressuposto fundamental das políticas de “Ajuste Estrutural” é a identificação da Crise Fiscal do Estado. Essa Crise do Estado já fora identificada no final dos anos 70 e início dos 80, que grosso modo, significa a incapacidade do Estado em financiar as suas políticas públicas, e desta forma fomentar o crescimento e o desenvolvimento econômico. No entanto, o objetivo deste *paper* não é discutir as causas da Crise Fiscal, e sim, levantar questionamentos acerca dos impactos da globalização nos serviços públicos brasileiros.

para o enfrentamento das novas exigências impostas pelos mercados globalizados.

Assim, tanto o governo, quanto as empresas, precisam pensar e agir estrategicamente diante da nova ordem econômica mundial, que prescinde um Estado forte e “enxuto”, um servidor público educado e qualificado para melhor realizar as suas funções nos serviços públicos, e uma economia competitiva, de forma a melhor enfrentar a concorrência com os produtos americanos, canadenses e ingleses, dentre outros.

Desde 1995 o Brasil está implementando o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – (PDRAE, 1995), que tem os seguintes objetivos estratégicos:

- 1. A Reforma Econômica (Plano Real)** – O Plano Real é um plano de estabilização monetária que tem por objetivo estabilizar (fortalecer) a moeda e ao mesmo tempo debelar os altos índices de inflação, tão comuns na economia brasileira. De forma geral, apesar de muitas controvérsias sobre a questão do Plano Real, em um primeiro momento ele atendeu aos seus principais objetivos, restando ainda algumas políticas de ajuste fiscal e tributário, para fazer valer de forma eficiente o fortalecimento tanto da moeda como do próprio sistema financeiro nacional.
- 2. A Reforma Administrativa do Setor Público** – No Brasil houveram várias tentativas de modernização dos serviços públicos. A primeira tentativa foi com a criação do DASP em 1936. O Departamento Administrativo do Serviço Público foi criado para estabelecer no setor público brasileiro uma administração pública (uma burocracia profissional) ao estilo weberiano, ou seja: criação de concursos públicos; ascensão profissional com base no mérito; especialização; impessoalidade nas ações; definição de normas e regras formalizadas, dentre outras características do estilo weberiano de administração. A segunda tentativa foi a publicação do decreto-lei nº 200/67, que preconizava pela primeira vez na administração pública brasileira a adoção de um modelo de administração gerencial. A terceira tentativa foi a promulgação da Constituição de 88, que enfatizava direitos políticos e sociais dos servidores públicos, assim como ensinava alguns processos de

descentralização administrativa e transparência na gestão, dentre outros. Enfatiza-se que essa Constituição transformou de uma única vez, aproximadamente, 30 mil servidores celetistas em estatutários. A quarta tentativa é a atual reforma preconizada no PDRAE, que tem por objetivo a adoção de uma administração pública gerencial, em detrimento da burocrática. O pressuposto fundamental da administração gerencial é a ênfase nos fins/resultados da organização, em detrimento dos meios ou processos burocrático-administrativos.

- 3. A Reforma da Previdência Social** – Essa reforma é a que teve mais impacto na sociedade; provocado muito mais pelo discurso ameaçador das elites governantes do que, propriamente, pelas ações do governo. Assim, um dos principais resultados dessa política foi a aposentadoria precoce de um grande número de servidores públicos, ameaçados pela perda de direitos historicamente adquiridos. Isso contribuiu para o esfacelamento de alguns segmentos do setor público - como as universidades, onde vários professores doutores apressaram as suas aposentadorias com medo das ameaças provocadas pelos cortes de remunerações e funções gratificadas, dentre outros direitos. Os Planos de Demissão Voluntária, os famigerados PDV's, surgiram como uma tentativa de amenizar os impactos de uma demissão por "enxugamento da máquina pública"; só serviram para expor servidores públicos a um mercado de trabalho cada vez mais intransigente com relação ao homem, ao trabalhador de uma forma geral. É mister enfatizar que esta reforma tinha como objetivo a equidade e a justiça social com o equilíbrio no pagamento das aposentadorias e na remuneração dos servidores ativos do serviço público. Ou seja, a reforma da previdência social deveria culminar em mudanças quantitativas em relação aos pagamentos dos ativos e inativos, diminuindo ou amenizando as grandes disparidades salariais existentes entre um pequeno número de servidores da ativa e aposentados (que ganham até trinta vezes o salário mínimo do país) e a grande massa de trabalhadores assalariados que constitui nos 80% dos servidores públicos.
- 4. A Reforma Fiscal e Tributária** – Essa reforma é considerada vital para a consecução dos objetivos do PDRAE e, conseqüentemente,

para a consolidação do Plano Real. No entanto, as principais ações inerentes às questões fiscal e tributária ainda não foram implementadas, pois envolvem, em grande parte, os interesses das elites regionais e locais, dos principais estados da federação, que podem perder muitos privilégios financeiros existentes no setor público. Assim, estados como SP, MG, PR, SC, RS entre os mais industrializados do país, colocam as suas bancadas na Câmara e no Senado Federal para obstaculizarem qualquer tentativa de se discutir, por exemplo, a justiça fiscal?!, a distribuição de recursos para os estados mais carentes do ponto de vista da arrecadação?! a centralização dessa arrecadação pelo governo central?! dentre outras ações. Este é o caso típico onde se aplica aquele velho adágio: **“Vamos deixar do jeito que está para ver como é que fica”**. Em suma, **a reforma fiscal e tributária, é o único objetivo da Reforma do Estado (e justamente o de maior importância para a sociedade brasileira) que ainda está só no papel!** (os grifos são nossos).

- 5. A melhoria da qualidade dos serviços públicos e a eficiência das políticas públicas e sociais** – Para que este objetivo seja atingido é necessário que os quatro primeiros tenham sido implementados com sucesso. Entretanto, apesar de alguns avanços na melhoria da gestão dos serviços públicos, eles continuam ainda deixando muito a desejar, em termos de atender as principais demandas da sociedade. Apesar dos avanços na educação básica e na saúde pública, o atendimento e a prioridade para essas áreas, ditas sociais, ainda estão longe de amenizar as disparidades sociais, regionais e locais.

É lógico, que todas as questões levantadas neste *paper* demandam um tipo de trabalho mais aprofundado e mais descritivo-analítico. Entretanto, são questões que podem ser suscitadas como forma de abrir discussões acerca das principais mudanças nos serviços públicos, em detrimento das exigências de uma sociedade globalizada e cada vez mais exigente.

Desta forma, analisar-se-á as principais características da gerência pública atual ou do novo gestor social dos serviços públicos.

## **Compreensão do Contexto Sócio-Político**

O servidor precisa estar informado a respeito do sistema político do país, sua história econômica e social, sua inserção geopolítica, geoeconômica e seu sistema jurídico-administrativo, dentre outros.

## **Capacidade para Gerenciar a Complexidade Dentro de um Contexto com Rápidas Mudanças**

Visão sistêmica, capacidade de apreender e desapreender o apreendido, flexibilidade para enfrentar a incerteza e disposição para riscos serão requisitos cada vez mais exigidos da gerência do século XXI.

## **Capacidade para a Autogestão**

A capacidade para administrar o tempo, capacidade para delegar, para tomar decisões, para definir prioridades, para controlar e administrar o estresse, entre outros, são temas de importância crescente na formação gerencial.

## **Capacidade para a Mobilização do Potencial Humano**

As pessoas dentro da organização são estratégicas para enfrentar os novos desafios da sociedade global e sócio-política. É necessário adaptá-las às mudanças, comprometê-las com os objetivos, motivá-las a superar as dificuldades e debilidades próprias do setor público tradicional, habilidades importantes na administração pública e que serão cada vez mais exigidas pela sociedade.

## **Globalização**

O gestor social e público dos próximos anos deverá se internacionalizar, acompanhando a tendência universal de abertura e integração. Significa que temas como geopolítica, operações e regulamentos internacionais, conhecimento das ações e reações de

outros países, de outras culturas, serão requisitos e necessidades emergentes que as novas realidades demandarão.

### **Competências Gerenciais para a Negociação**

Face aos múltiplos interesses e forças muitas vezes contrárias que o gestor deve enfrentar, esta capacidade será cada vez mais importante. Também o será nas crescentes relações internacionais que deverá administrar.

### **Ética e Responsabilidade Social**

Estes temas são cada dia mais importantes na gestão do “interesse público”. A ética, a responsabilidade social e o respeito pelos direitos dos usuários e clientes, são valores que serão centrais no novo perfil dos administradores públicos.

### **Considerações Finais**

Do Estado nacional para o transnacional, ou global, o mundo torna-se único, um lugar com uma única cultura global, impondo grande desafios. A questão da integração cultural, a Americanização, a Japonização, e o imperialismo da mídia, estão provocando grandes diferenças sócio-econômicas nos estados nacionais, devido à importância dos mercados financeiros internacionais na economia globalizada, em relação às questões regionais e locais. Os fatores que mediam as culturas nacionais, mercados financeiros globais, direito internacional e as várias agências e instituições internacionais podem ser vistos como a formação de uma cultura transnacional ou uma “terceira cultura”.

Assim, diante o neologismo que se tornou a palavra globalização da economia, vê-se que existem muitas questões a serem respondidas e, ainda, aprofundadas do ponto de vista deste *paper*.

Como este processo de globalização é um movimento que não se pode prever onde vai parar e, principalmente, os seus desdobramentos nos diversos campos da sociedade, está patente que tanto a sociedade como os governos precisam urgentemente criar

mecanismos de controle e acompanhamento dos impactos da globalização econômica em seus países, com o objetivo de evitar que os estados/nações estejam como estão atualmente, reféns e expostos às rápidas transformações tecnológicas e econômicas do mundo contemporâneo.

### **Referências Bibliográficas**

AHUMADA, Consuelo & ANDREWS, Christina W. *The impact of globalization on latin american states: the cases of Brazil and Colombia*. Administrative Theory & Praxis, v. 20, n. 4, p. 452-467, dez., 1.998.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Um novo olhar sobre o Estado: a perspectiva pós-liberal*. In: São Paulo em Perspectiva, v. 5, n. 4, out./dez., 1.991.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1.995.

\_\_\_\_\_. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1.999.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1.997. (Coleção Zero à Esquerda).

AURELIANO, L., DRAIBE, S. M. *A especificidade do "welfare state" brasileiro*. In: Economia e Desenvolvimento 3, Brasília: MPAS/CEPAL, p. 86-179, 1.989.

BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1.996.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Brasil: Uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus/CEPAL, 1.999.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1.999.

BOBBIO, N. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1.988.

\_\_\_\_\_. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1.995.

BORON, Atílio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1.994.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. *A crise do Estado: ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1.992.

CEBRAP, THE HELEN KELLOGG INSTITUTE. *Projeto: Social Policies for the Urban Poor in the Southern Latin American Cone (Argentina, Brazil, Chile and Uruguay)*: São Paulo, 1.991. Mimeo.

CEPAL/UNESCO. *Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*. Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1.995.

CONVÊNIO MPAS/IEI. *Impactos econômicos do gasto social no Brasil*. José Luís Fiori (Coordenador): Relatório de pesquisa. Mimeo.

CORAGGIO, José Luís. *Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONG's latino-americanas na iniciativa da educação para todos*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1.996 – (Coleção Perspectiva).

DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas/SP: Autores Associados, 1.995.

DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octávio & RESENDE, Paulo Edgar A. *Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1.998.

DRAIBE, Sonia M. *Políticas sociais e o neo-liberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas*. In: Revista - USP - Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo, 1.993.

FARMER, David John. *Schopenhauer's porcupines: hegemonic change in context*. Administrative Theory & Praxis, v. 20, n. 4, p. 422-433, dez., 1.998.

FERRETI, Celso *et al.* *Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1.994.

FIORI, José Luís. *Globalização, estados nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1.993.

\_\_\_\_\_. *Os moedeiros falsos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1.997. (Coleção Zero à Esquerda).

\_\_\_\_\_. *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1.998.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo*. São Paulo: Cortez, Bragança Paulista.SP, USF-IFAN, 1.996.

GONÇALVES, Reinaldo. *Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1.994.

HAQUE, M. Shamsul. *Impacts of globalization on the role of the state and bureacracy in asia*. Administrative Theory & Praxis, v. 20, n. 4, p. 439-451, dez., 1.998.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1.914-1.991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1.995.

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1.992.

\_\_\_\_\_. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1.996.

INTERNATIONAL DEVELOPEMENT RESEARCH CENTER/REDE DE POLÍTICA SOCIAL - *Projeto: Social policy research priorities in latin america*. Políticas sociais no Brasil. Relatório final de pesquisa. CEBRAP. São Paulo: 1.993. Mimeo.

IPEA. *O novo pacto federativo. Subsídios para a reforma do Estado*. Brasília: IPEA/IBAM/ENAP, v. 1, 1.994.

\_\_\_\_\_. *Concessão de serviços públicos no Brasil. Subsídios para a reforma do Estado*. Brasília: IPEA/IBAM/ENAP, v. 2, 1.994.

\_\_\_\_\_. *Desregulamentação e novas regulações. Subsídios para a reforma do Estado*. Brasília: IPEA/IBAM/ENAP, v. 3, 1.994.

\_\_\_\_\_. *Contratos de gestão. Subsídios para a reforma do Estado*. Brasília: IPEA/IBAM/ENAP, v. 4, 1.994.

\_\_\_\_\_. *Desestatização. Subsídios para a reforma do Estado*. Brasília: IPEA/IBAM/ENAP, v. 5, 1.994.

\_\_\_\_\_. *O Brasil no fim do século: Desafios e propostas para a ação governamental*. Rio de Janeiro/IPEA, 1.994.

KING, Desmond. *O Estado e as estruturas sociais de bem-estar em democracias industriais avançadas*. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22, out., 1.988.

KOUZMIN, Alexander. *Symposium: Globalization and public administration: enhancing, dismantling or protecting distinctive administrative capacity?* *Administrative Theory & Praxis*, v. 20, n. 4, p. 434-438, dez., 1.998.

KURZ, Robert. *O Colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1.992.

\_\_\_\_\_. *Os últimos combates*. Rio de Janeiro: Vozes, 1.997. (Coleção Zero à Esquerda).

LAURELL, Asa Cristina (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1.995.

NEVES, Magda de Almeida. *Mudanças Tecnológicas: Impactos sobre o Trabalho e a Qualificação Profissional*. In: *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 81, p. 45-52, maio de 1.992.

NOSSA COMUNIDADE GLOBAL: RELATÓRIO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. Rio de Janeiro: FGV, 1.996.

O'CONNOR, James. *USA: A crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1.977.

OSBORNE, David & GAEBLER, Ted. *Reinventando o Governo - com espírito empreendedor está transformando o setor público*. MH Comunicação, 1.994.

RAMONET, Ignácio & GRESH, Alain (Orgs.). *A desordem das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1.996.

SADER, Emir (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1.995.

SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1.995.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1.995.

\_\_\_\_\_. *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Rio de Janeiro: Vozes, 1.999.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1.998.

SIZE, Pierre. *Dicionário da Globalização: a economia de A a Z*. Instituto Brasileiro de Estudos e Relações do Trabalho – IBERT, Curitiba, 1.997.

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1.997. (Coleção Zero à Esquerda).